

À

Universidade Federal de Alfenas – Unifal – MG

Comissão Permanente de Licitações

Processo Licitatório nº 23087.002045/2011-72

Concorrência nº 03/2011.

PAYOLETTI MARTINS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ-MF sob nº 10.473.574/0001-30, com sede na Rua Isaura Junqueira Lobato nº 130 – Jardim das Acácias – CEP 37.705-610 – Poços de Caldas –MG. Neste ato representado por seu representante legal, José Adilson Martins, CPF 066.256.568-10 e identidade MG 16.170.181 SSPMG, e de seu advogado Ronnald Robinson D'Ambrosio, OAB/MG 53.988, com escritório na rua Rio de Janeiro, 338, centro, Poços de Caldas-MG, CEP 37.701-011, que ao final do instrumento ambos assinam, vem mui respeitosa e tempestivamente, interpor contra recurso, em desfavor do pleito pretendido pela recorrente, Construtora Alves Ltda. em desclassificar a proposta desta empresa, no processo licitatório em epigrafe, pelos fatos a seguir elencados e ao final requerer como segue:

-No bojo de seu recurso administrativo, a recorrente pleiteia a inabilitação desta empresa, sob alegação de descumprimento à Lei Municipal nº 5296, que altera a Lei Municipal 4021/2003, que determina que a alíquota do ISSQN no Município de Varginha - MG é de 2% (dois) por cento, tendo a recorrida consiguinado em sua planilha detalhada de calculo, o percentual de 2,5% (dois e meio) por cento, atribuído ao referido imposto. Sob nosso entendimento, a recorrente, comete erro de conceito pois deveria pleitear a desclassificação da proposta, e não sua inabilitação, pois, a fase de habilitação encontra-se encerrada e a empresa Payoletti Martins Engenharia e Construções Ltda.-ME, foi julgada habilitada ao certame, tendo apresentado todos os documentos requeridos no instrumento convocatório.

-Sob análise ao retro descrito, e sob a alíquota apresentada, não conseguimos vislumbrar de que forma o erro meramente formal ocorrido possa servir de desclassificação da recorrida, pois ao corrigir sua proposta aos números pretendidos, sua proposta terá um total global ainda menor, robustecendo ainda mais a vantagem conseguida no certame.

A Lei nº 8.666/93, ex vi de seu art. 48, inc. I, estabelece que as propostas que não atendam as especificações contidas no ato convocatório da licitação, devem ser desclassificadas.

É exatamente em função desta assertiva que, na elaboração de seus editais, deve a Administração acautelar-se para não fazer constar exigências que, ainda que encontrem guarida na lei, sejam irrelevantes tendo em vista o objeto colimado, a fim de que não seja compelida, quando do julgamento das ofertas, a rejeitar uma proposta que não atenda tal exigência.

Não obstante, é certo que este rigorismo excessivo na apreciação das propostas na fase de julgamento das licitações, vem sendo mitigado, com fulcro em outros princípios, quais sejam, da proporcionalidade e razoabilidade, que também devem esgueirar à prática de toda atividade administrativa.

Destarte, obviamente que a existência de vícios relevantes, que maculem a essência da oferta, deve ensejar, de plano, sua desclassificação. No entanto, quando o erro for incapaz de macular a essência da proposta, não prejudicando o interesse público ou a segurança do futuro contrato, não há razão para a rejeição da proposta.

As exegeses aqui proferidas são corroboradas pelos entendimentos de nossa doutrina acerca do tema. Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles:

"A desconformidade ensejadora da desclassificação da proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes, pois um simples lapso de redação, ou uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. Melhor que se aprecie uma proposta

sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e in consentâneo com o caráter competitivo da licitação" (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124). grifo nosso

"Não obstante esse rigoroso procedimento, há que se compreender que só a inobservância do edital ou carta-convite no que for essencial ou a omissão da proposta no que for substancial ou no que trouxer prejuízos à entidade licitante, ou aos proponentes, enseja a desclassificação. De sorte que erros de soma, inversão de colunas, número de vias, imperfeição de linguagem, forma das cópias (Xerox em lugar da certidão) e outros dessa natureza não devem servir de motivo para tanto" (Direito Administrativo, 8ª ed., Saraiva, 2003, p. 502/503).

O próprio Tribunal de Contas da União assim já decidiu:

"(...) conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem que a falha identificada, entretanto, de natureza formal, tenha invalidado o procedimento licitatório questionado neste processo" (Decisão n.º 757/97). Grifo nosso.

Por sua vez, a 3ª Turma Cível do TJDF, no Processo n.º 50.433/98, por unanimidade de votos, proferiu a seguinte decisão:

"Direito Administrativo. Licitação. Concorrência Pública. Erro material na proposta. Irrelevância. O erro material constante da proposta mais vantajosa para a Administração, facilmente constatável, não é óbice à classificação da mesma. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 48 da Lei n.º 8.666/93. Apelação improvida". Grifo nosso

Aliás, não raro, pode ocorrer que a rejeição da proposta torne-se mais prejudicial ao interesse público, do que a sua manutenção, inobstante os erros apontados em seu conteúdo.

O precedente tem grande utilidade por balizar a atividade de julgamento das propostas pelo princípio da proporcionalidade. Não basta comprovar a existência de defeito. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria,

especialmente em face da dimensão do interesse público.
“Admite-se, afinal, a aplicação do princípio de que o rigor extremo na interpretação da lei e do edital, pode conduzir à extrema injustiça ou ao comprometimento da satisfação do interesse público” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética, 1998, p. 436). Grifo nosso

Logo, à luz de melhor doutrina, parece-nos salutar a providência afeta à verificação do conteúdo e extensão do erro, antes de decidir-se pela desclassificação da proposta, uma vez que sua manutenção pode ser o melhor caminho para atendimento da finalidade pública perseguida, e o cumprimento da ordenação legal pertinente.

Entendemos seja este o expediente que deve ser adotado, pela Administração, na condução de seus certames, uma vez que não há razão para sustentar-se a desclassificação de uma oferta vantajosa, por razões que, na situação fática, em nada prejudicam a essência do que se pretende contratar.

Salutar é ainda, em obediência ao preconizado em vosso instrumento convocatório em seu item:

“35.-Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressaltadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação”. Grifo nosso.

O que torna totalmente vazio o pleito da recorrente, desprovido de amparo e argumentação, sem contabilizar é claro, o prejuízo que um novo certame trará à Administração Pública.

Fica extremamente evidenciado, que a Comissão de Licitações, agiu de forma correta em obediência à Lei nº 8666/93 subsidiada ainda, em sua adjudicação pela Lei Complementar nº 123/2006.

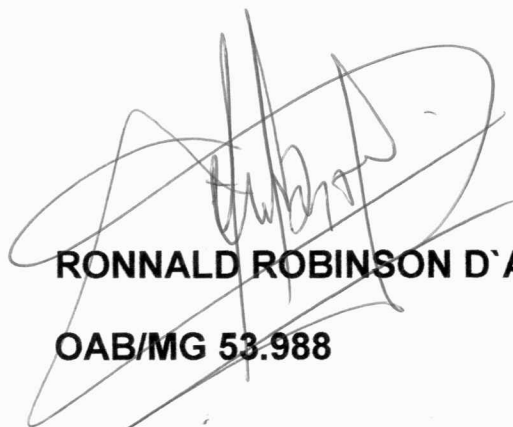
Por derradeiro e para comprovação desta Comissão de Licitações, acostamos nossa proposta corrigida do erro formal mencionado acompanhado da planilha de custos.

Destarte, diante ao exposto requeremos que seja denegado provimento ao recurso interposto pela recorrente e que a empresa PAYOLETTI MARTINS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, seja definitivamente homologada como vencedora deste certame.

Nestes Termos Pedimos

Deferimento

Poços de Caldas, 18 de agosto de 20.11



RONNALD ROBINSON D'AMBROSIO

OAB/MG 53.988



JOSÉ ADILSON MARTINS

P R O C U R A Ç Ã O

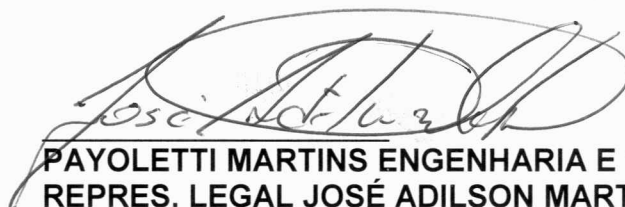
OUTORGANTE (S): PAYOLETTI MARTINS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ-MF sob nº 10.473.574/0001-30, com sede na Rua Isaura Junqueira Lobato nº 130 – Jardim das Acácias – CEP 37.705-610 – Poços de Caldas –MG. Neste ato representado por seu representante legal, José Adilson Martins, CPF 066.256.568-10 e identidade MG 16.170.181 SSPMG.

OUTORGADOS : RONNALD ROBINSON D'AMBROSIO, RICARDO AIRES BAGATINI, e WANDERLY MONTEIRO ALVES VIANNA, brasileiros, casados, advogados inscritos na OAB/MG sob os nº 53.988, 78.849 (e OAB/SP 281.026), 104.319 (e OAB/SP 77.740), com escritório na rua Rio de Janeiro, nº 338, CEP 37701-011, centro, Poços de Caldas-MG.

OBJETO : O outorgante acima qualificado e que a presente assina, vem nomear seus advogados e bastante procuradores os outorgados acima qualificados, os quais poderão utilizar todos os poderes permitidos em direito, em juízo ou fora dele, bem como repartições públicas ou autarquias, em quaisquer tipos de causas, podendo propô-las ou defendê-las, inclusive recorrer de qualquer decisão e prosseguir até o final, representando o outorgado em audiência, podendo fazer acordos, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, operar substituições, renúncias e desistências, substabelecer com ou sem reserva de poderes, revogá-las, emendando a revogação, podendo, pois, exercer todos os atos inerentes ao mandato, reservando-se o outorgante, entretanto, para receber quaisquer citações ou chamamentos personalíssimos, e, **EXCLUSIVAMENTE** : interpor contra recurso, em desfavor do pleito pretendido pela recorrente, Construtora Alves Ltda. em desclassificar a proposta desta empresa, no processo licitatório nº 23087.002045/2011-72, Concorrência nº 03/2011

Poços de Caldas, 19 de agosto de 2011.

Assinatura(s)



PAYOLETTI MARTINS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME
REPRES. LEGAL JOSÉ ADILSON MARTINS